



INSTITUTO IGARAPÉ
a think and do tank



GPS DO ESPAÇO CÍVICO

BOLETIM TRIMESTRAL 04

DEZEMBRO 2021




GPS DO ESPAÇO CÍVICO

julho-setembro 2021

O espaço cívico — esfera entre os negócios, o Estado e a família onde cidadãos e cidadãs se organizam, debatem e agem para influenciar as políticas públicas e os rumos de nosso país — está sob ataque. As ofensivas constantes a esse espaço representam uma ameaça à transparência, às liberdades de expressão, reunião e manifestação, e aos direitos civis e políticos. São, portanto, contrárias aos direitos e liberdades garantidos na Constituição brasileira e em inúmeras convenções e tratados internacionais. São também uma séria ameaça à democracia. O fechamento do espaço cívico não está acontecendo exclusivamente no Brasil. Porém, ações deliberadas para fechá-lo estão cada vez mais comuns no país.

Por essa razão, o Instituto Igarapé criou o **GPS do Espaço Cívico**. O objetivo do boletim é monitorar ataques, bem como as respostas institucionais lideradas pelas instituições do Estado e as ações de resistência da sociedade civil. As análises, trimestrais, são realizadas a partir da coleta sistemática de informações veiculadas na imprensa, especificamente, pelos veículos Folha de S. Paulo, G1, O Estado de S. Paulo, O Globo e UOL. Matérias veiculadas por Amazônia Real, Brasil 247, Poder 360, R7 Notícias, Revista Fórum e Valor Econômico, também foram incluídas nesta edição em função do seu conteúdo. Essas informações são, então, organizadas e catalogadas de acordo com categorias

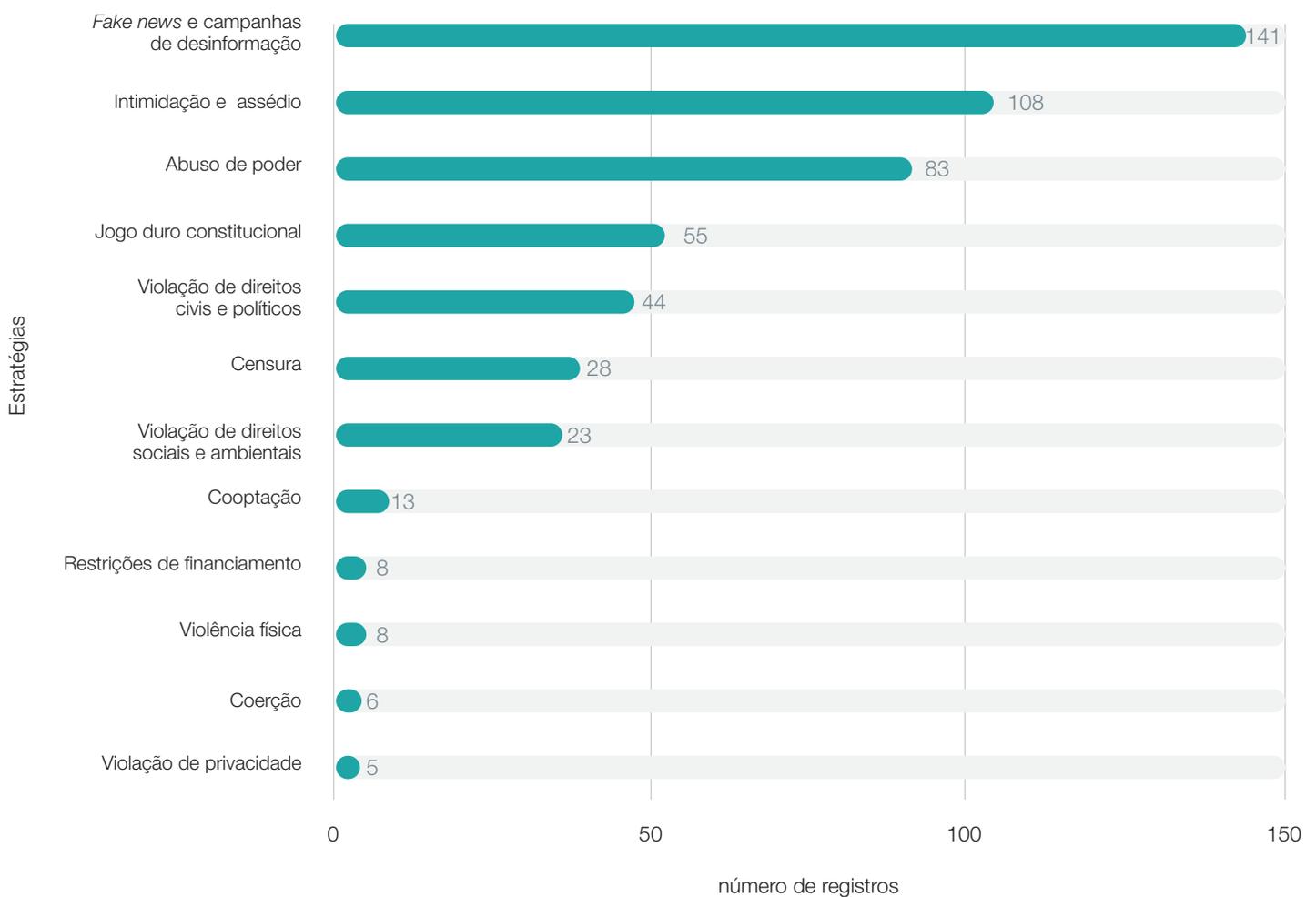
sociológicas que definem as principais estratégias e táticas utilizadas para fechar o espaço cívico. Essa tipologia foi lançada no Artigo Estratégico 49 do Instituto Igarapé “[A Ágora sob ataque: uma tipologia para análise do fechamento do espaço cívico no Brasil e no mundo](#)” e atualizada na nota técnica do Instituto Igarapé “[Uma tipologia para entender as estratégias e táticas utilizadas para atacar o espaço cívico](#)”.

Nesta edição, identificamos **522 ameaças** ao espaço cívico no Brasil, monitoradas pelos veículos de imprensa entre **1º de julho a 30 de setembro de 2021**. Por outro lado, identificamos, no mesmo período, **531 respostas institucionais e 306 ações de resistência** da sociedade civil e outros grupos. É importante salientar que, no período analisado, alguns fatos específicos geraram múltiplas respostas de atores diversos. O aumento das reações em comparação ao trimestre anterior pode ter ocorrido tanto em função do aumento dos ataques, como das inúmeras reações a fatos únicos. Dada a importância de identificar quem são esses atores como forma de mitigar ataques e organizar a resistência, cada incidente foi contabilizado. Também identificamos **63 instâncias em que observamos mudanças de posicionamento governamentais**, segundo noticiado pelos veículos de imprensa monitorados.

As ameaças

No período analisado, foram contabilizadas **522 ameaças** ao espaço cívico. Mais de um quarto dos ataques referem-se a **fake news e campanhas de desinformação**, totalizando **141 incidentes**. **Intimidação e assédio** também têm representação expressiva, com **108 ameaças**. Outras estratégias comumente utilizadas neste trimestre foram **abuso de poder e jogo duro constitucional**, com **83 e 55 casos** reportados, respectivamente.

Figura 1. Estratégias de ataques utilizadas (julho-setembro, 2021)



Fonte: Elaboração própria, a partir de coleta sistemática de informações veiculadas na imprensa.

No período reportado, observamos alguns picos de ataques em função de acontecimentos específicos, particularmente a votação sobre a PEC do voto impresso no início de agosto e, posteriormente, as convocações para as manifestações do 7 de Setembro. Outros picos que merecem destaque referem-se aos ataques do presidente às urnas eletrônicas em julho, antecedendo a votação no Congresso, ataques aos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), partindo de Jair Bolsonaro e de apoiadores, logo depois da sua inclusão no inquérito das *fake news*, e no final de setembro, ataques referentes à CPI da Pandemia, particularmente relacionados à Prevent Senior. Notícias falsas sobre a pandemia da [Covid-19](#) representaram 33% de todos os casos identificados como **fake news e campanhas de desinformação**. Também tiveram destaque as [campanhas de desinformação](#) em torno do nosso sistema eleitoral, com quase 22% das [ameaças](#) identificadas. Quase metade das [ameaças](#) catalogadas como **intimidação e assédio** referem-se a [declarações](#) do [presidente](#) da República, particularmente ataques ao Judiciário. Ameaças a [críticos](#) e [opositores](#) foram a segunda tática mais noticiada nesse grupo, com 13%, por vezes até mesmo com [uso do aparato do sistema de Justiça](#) para [fins de intimidação](#). Também tiveram destaque [ameaças](#) relacionadas às [manifestações](#) do [7 de Setembro](#) (11%).

No caso de **abuso de poder**, quase um terço dos incidentes estão relacionados à gestão da pandemia da Covid-19. O aparelhamento do sistema de segurança pública e de Justiça criminal veio em segundo lugar, com 19,3% das ameaças. As nomeações indevidas e a concessão de benefícios a aliados totalizaram quase 18,1% das ameaças identificadas, seguidas do uso indevido do dinheiro público, com 15,7%. Quase metade das ameaças sobre **jogo duro constitucional** dizem respeito ao uso indevido de prerrogativas institucionais para blindar aliados ou para defender interesses não republicanos. [Omissões](#) do Procurador-Geral da República receberam destaque.

Já as **violações de direitos civis e políticos** atingiram, em especial, os grupos mais vulneráveis, as [mulheres](#) (14,6%), pessoas [negras](#) (14,6%) e [LGBTQIA+](#) (19,5%), além dos [povos tradicionais](#) (24,4%). Dentre as **violações de direitos sociais e ambientais**, a falha na [proteção ao meio ambiente](#) representou 52,2% dos incidentes, principalmente no que toca à [Amazônia](#).

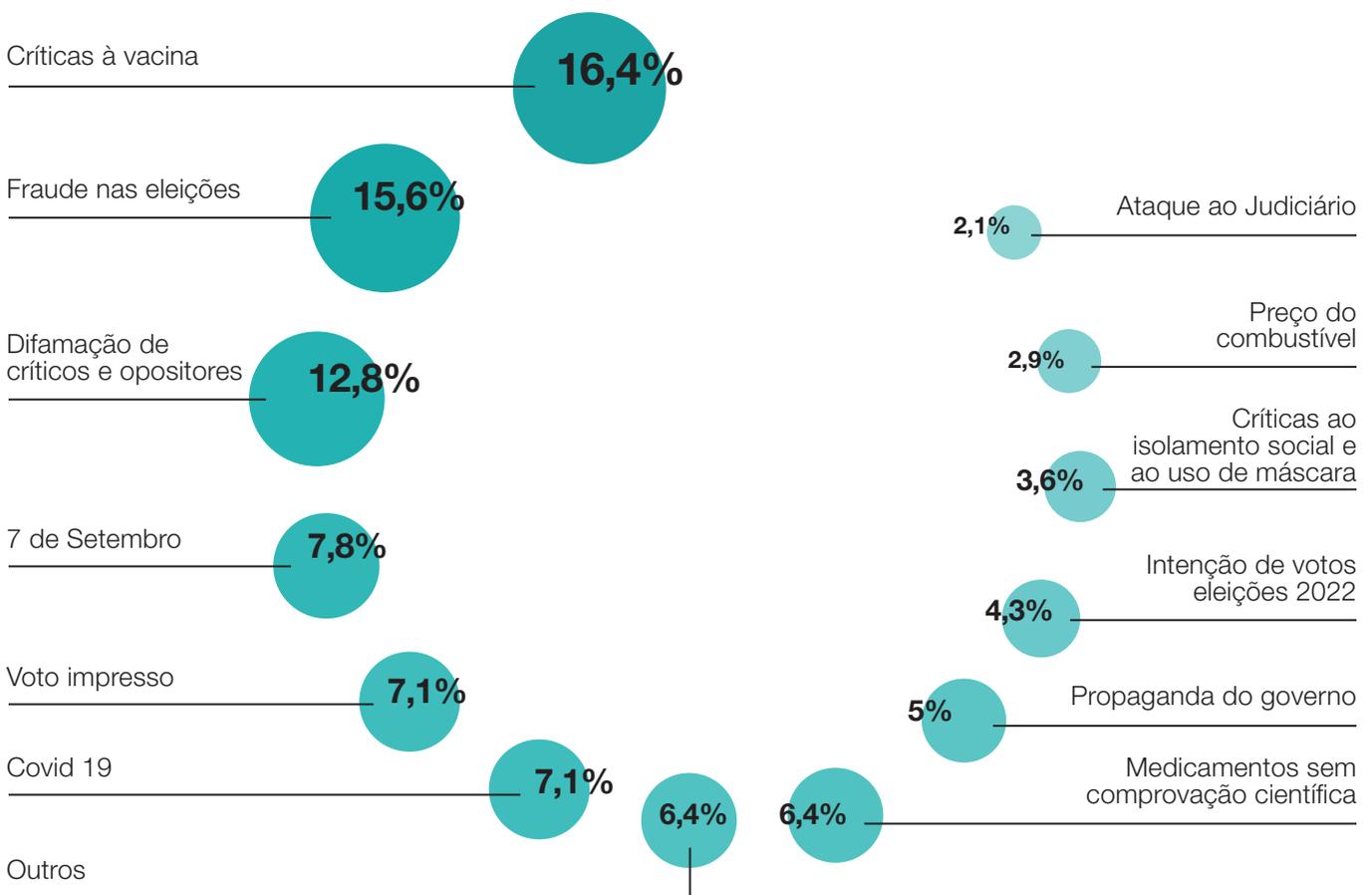
Dos incidentes identificados como **censura** no período em análise, mais da metade se refere à [obstrução de acesso à informação](#), ou seja, [restrição](#) de [dados de interesse público](#), contrariando a [Lei de Acesso à Informação](#). A maioria dos incidentes identificados como **cooptação**, por sua vez, podem ser associados à [concessão de benefícios](#) à [base aliada do presidente](#), como a [Igreja](#) e as [forças de segurança](#) e armadas. Já a grande maioria (77%) dos casos de **restrição de financiamento** está diretamente ligada à área da [cultura](#), que vem sofrendo com [cortes no orçamento](#) e [lentidão na transformação de propostas em projetos](#).

Um terço dos incidentes de **violência física** identificados estão relacionados a agressões sofridas por [jornalistas](#), [hostilizados](#) principalmente por [apoiadores do governo](#). No caso da **coerção**, 50% podem ser relacionados a tentativas de limitar [manifestações sociais](#), como [protestos](#) ou [demonstrações individuais](#) de repúdio às ações do governo. Por fim, o [acesso indevido a dados privados](#) recebeu destaque com 40% dos casos reportados como **violação de privacidade**.

Fake news e campanhas de desinformação

No trimestre analisado, foram identificados 141 incidentes relacionados a **fake news e campanhas de desinformação**. Notícias falsas sobre a pandemia da [Covid-19](#) representaram 33% de todos os casos identificados nesta categoria. [Dados falsos](#) a respeito de qualquer uma das [vacinas](#) atualmente disponíveis no Programa Nacional de Imunizações foram os mais noticiados, seguidos da defesa de [medicamentos sem eficácia comprovada](#) e das críticas às [medidas de prevenção](#), como o [isolamento social](#) e o [uso de máscaras](#), outros [temas comuns](#).

Também tiveram destaque as [campanhas de desinformação](#) em torno do nosso sistema eleitoral, com 22% das [ameaças](#) identificadas. A discussão em torno da PEC do voto impresso contribuiu para o aumento de notícias falsas sobre [urnas eletrônicas](#) e de [alegações sem provas](#) de [fraude](#) nas [eleições](#) brasileiras, inclusive em [2022](#). O terceiro tema mais identificado foi de notícias falsas com o objetivo de [difamar](#) e/ou desacreditar [críticos](#) e [opositores](#) do governo, em particular o [ex-presidente](#) Luiz Inácio [Lula](#) da Silva e [governadores](#) de diversos [estados](#). Por fim, notícias falsas relacionadas às [manifestações](#) do [7 de Setembro](#) também tiveram destaque, tratando-se, em sua maioria, de postagens com fotos falsas ou montagens.



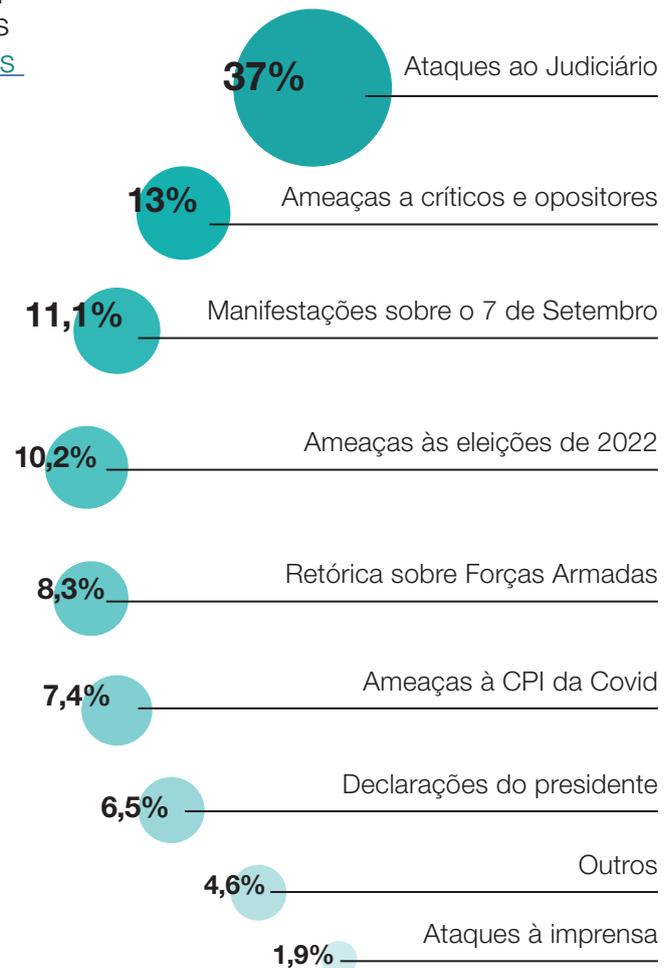
Intimidação e assédio

Foram identificados 108 incidentes de **intimidação e assédio** que se concentraram na primeira metade do mês de agosto e no início de setembro. O primeiro pico se deve, principalmente, aos ataques contra os ministros do STF. Em especial, contra o ministro [Alexandre de Moraes](#), que incluiu o [presidente](#) Bolsonaro no inquérito das *Fake News*, e contra o [ministro Luís Roberto Barroso](#), que abriu investigação contra [Bolsonaro](#) no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Um segundo pico de notícias reportou casos de intimidação e assédio relacionados às [manifestações do 7 de Setembro](#) e aos [ataques antidemocráticos](#) por elas insuflados.

Quase metade das [ameaças](#) catalogadas como intimidação e assédio referem-se a [declarações](#) do [presidente](#) da República. Em sua maioria, os [ataques](#) foram direcionados ao [Judiciário](#) (37%) e, mais especificamente, ao [STF](#), seja a partir de [declarações intimidatórias](#), [protestos](#) com tom de [ameaça](#), [tentativas de invasão](#) ou [ataques on-line](#).

Ameaças a [críticos](#) e [opositores](#) foram a segunda tática mais noticiada, com 13%, por vezes até mesmo pelo [uso do aparato do sistema de Justiça](#) para [fins de intimidação](#), como nos casos de [Conrado Hubner](#) e de [Luis Miranda](#). Outros exemplos importantes de serem mencionados são as ameaças recebidas por lideranças indígenas, como [Alessandra Munduruku](#), e a alteração no cadastro do SUS de opositores políticos do governo, como [Gleisi Hoffmann](#), [Manuela D'Ávila](#) e [Guilherme Boulos](#), que apareceram como mortos ou com o perfil repleto de ofensas.

Também tiveram destaque as [ameaças](#) relacionadas às [manifestações do 7 de Setembro](#) (11%), inclusive [invasões](#) de prédios públicos e postagens sobre a [ditadura](#), além de [ameaças](#) direcionadas às [eleições de 2022](#). Neste caso, a onda de ataques foi motivada pela [derrota da PEC do voto impresso](#) no Congresso e refere-se a [declarações diversas sobre o futuro](#) das eleições de 2022 (10,2%), com argumentos de que o voto não é auditável e, por isso, é passível de fraude.



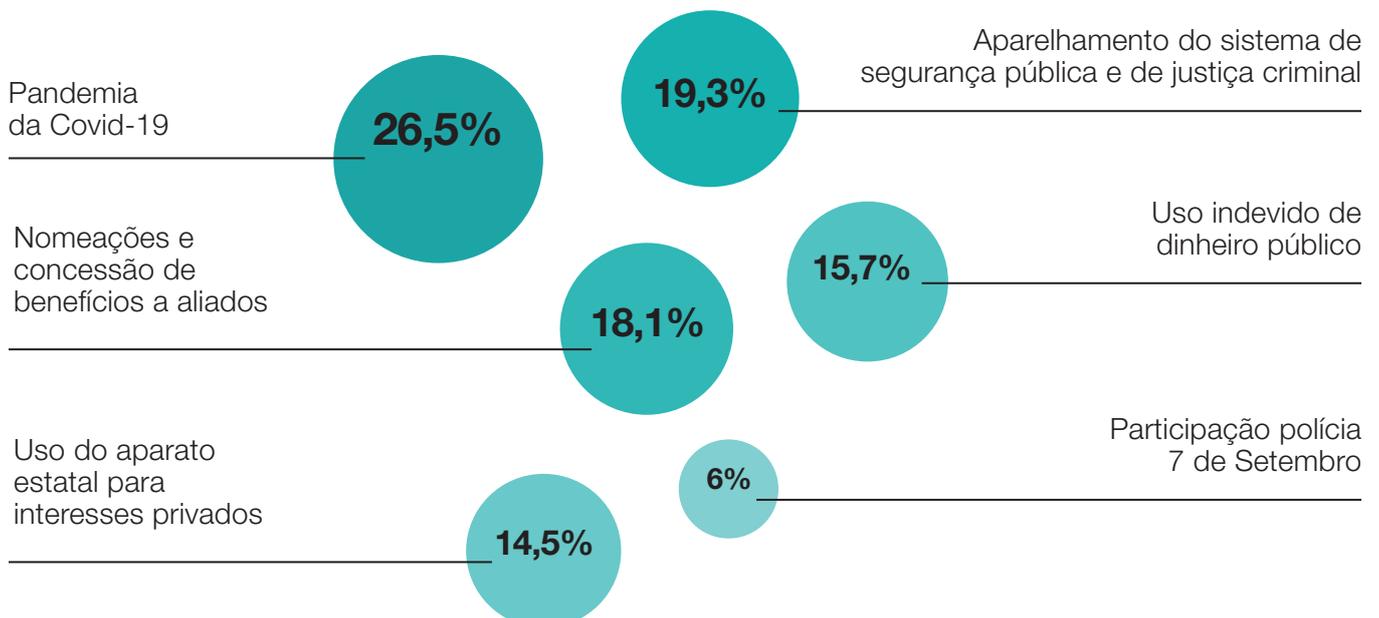
Abuso de poder

Entre julho e setembro, foram identificados 83 casos de **abuso de poder**. Quase um terço dos incidentes está relacionado à gestão da pandemia da Covid-19, em especial no que toca à aquisição [de vacinas, negociadas de forma irregular](#) segundo reportado por veículos da mídia, com [sobrepço](#) e [fora do prazo e das regras previstas em contrato](#), como no caso da vacina indiana [Covaxin](#). Também foram identificados gastos inapropriados na [compra de máscaras](#) e [testes de Covid-19](#), bem como na [difusão do uso de remédios ineficazes](#), o chamado “[tratamento precoce](#)”. Além disso, notícias reportaram que alguns [grupos aliados](#) ao governo se beneficiaram da crise sanitária, como os [militares](#) e [empresas](#) como a [Precisa Medicamentos](#).

Em segundo lugar, o aparelhamento do sistema de segurança pública e de justiça criminal representa 19,3% das ameaças desta categoria. As [determinações](#) ou pedidos de [arquivamento](#) de acusações contra aliados, em especial por meio da atuação do [procurador-geral da República](#), merecem destaque, bem como o afastamento de pessoas, em geral dirigentes, responsáveis pela [fiscalização](#) ou pela [investigação](#) de temas críticos para o governo.

Nomeações indevidas e a concessão de benefícios a aliados totalizaram quase 18,1% das ameaças identificadas. No período analisado, diversos [aliados](#) do governo ou até mesmo [familiares](#) foram [nomeados](#) a [cargos públicos de destaque](#), seguindo mais [critérios de lealdade](#) que de [capacidade técnica](#). As [universidades](#) também não saíram ilesas, sofrendo [intervenções](#) para que aliados fossem posicionados em reitorias. Há outros casos em que aliados e familiares foram [beneficiados de maneira indevida](#), como [militares do DF](#), que foram incluídos como prioridade na vacinação, ou até mesmo [premiados](#).

Por fim, no âmbito do uso indevido de dinheiro público foram 15,7% dos casos reportados. Os temas com maior repercussão durante o período foram o [orçamento secreto](#), os [gastos excessivos](#) com [agendas não prioritárias](#), o [uso de verba pública](#) para [benefício próprio](#) ou [familiar](#), além da realização de negócios com indícios de [sobrepços](#).

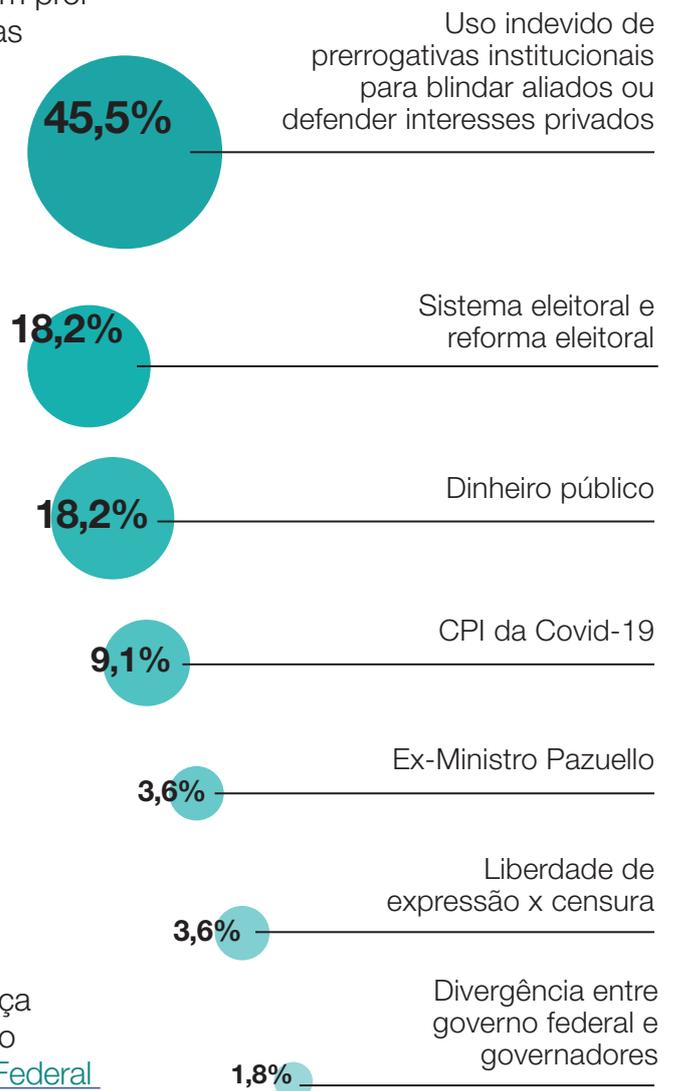


Jogo duro constitucional

Das 55 ameaças classificadas como **jogo duro constitucional**, quase metade diz respeito ao uso indevido de prerrogativas institucionais para blindar aliados ou para defender interesses não republicanos. Nesse ponto, as ameaças relacionadas à [omissão](#) do procurador-geral da República para [proteger o governo](#) alcançaram números [alarmantes](#), revelando que as [denúncias contra políticos caíram em um terço](#) em relação à antecessora no cargo. Além da PGR, as notícias monitoradas informam que o Judiciário e o Legislativo também atuaram em prol de interesses políticos, subvertendo a finalidade das instituições que representam.

O sistema eleitoral foi o tema de quase 18,2% das ameaças, representadas pela recusa do presidente Bolsonaro em apresentar [provas de fraude nas eleições](#), [omissão da PGR](#) na contenção dos ataques às urnas eletrônicas e [tentativa do presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, de dar sobrevida à tramitação da PEC do voto impresso](#), bem como pela [Reforma do Código Eleitoral](#), que trouxe [retrocessos](#), em especial no que diz respeito ao [fundo eleitoral](#). Também com cerca de 18,2% dos incidentes, o mau uso do dinheiro público foi identificado principalmente na atuação do Congresso para [manter a previsão do orçamento secreto](#) e de [emendas sem carimbo](#), chamadas de [“cheques em branco”](#). Além disso, identificamos casos de [ausência de fiscalização dos gastos públicos](#) e de [falta de transparência no repasse de verbas](#).

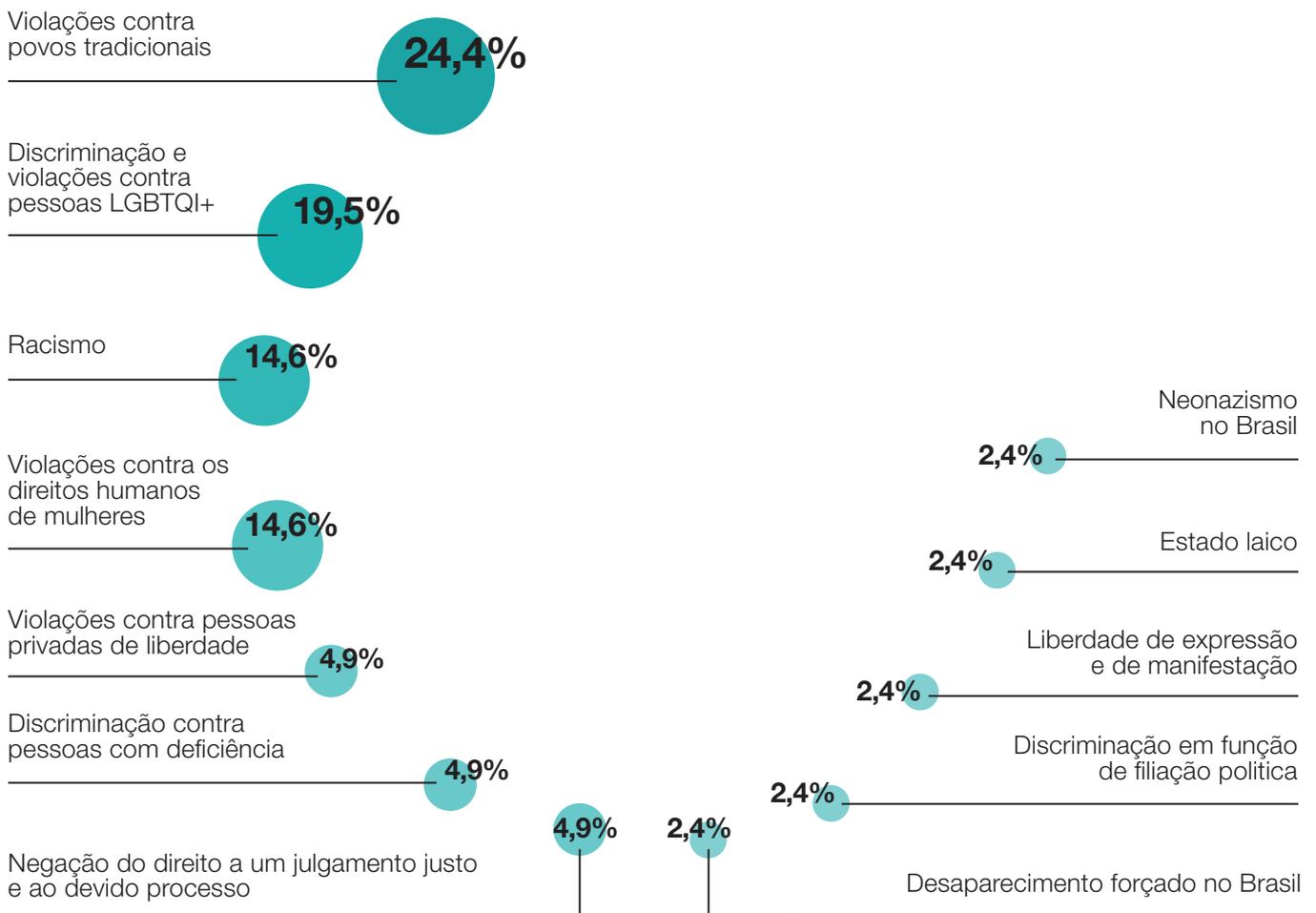
Durante a CPI da Pandemia, foram identificadas diversas tentativas de [dificultar](#) ou deslegitimar os seus trabalhos, seja pela [recusa do presidente em responder a pedido de explicações](#), seja pela ameaça de [anulação de atos](#). Uma prática recorrente e muito criticada foi a [tomada de depoimentos pela Polícia Federal de testemunhas às vésperas de seu comparecimento à CPI](#). Também merecem destaque os casos envolvendo os debates sobre liberdade de expressão.



Violações de direitos civis e políticos

As **violações de direitos civis e políticos** atingiram, em especial, os grupos mais vulneráveis, como as [mulheres](#) (14,6%), pessoas [negras](#) (14,6%) e [LGBTQIA+](#) (19,5%), além dos [povos tradicionais](#) (24,4%). As ameaças contra os [direitos das mulheres](#) vão do [feminicídio](#) e dos retrocessos na área dos [direitos reprodutivos](#), à [violência política](#), seja [verbal](#), por [meio de ofensas](#) veiculadas em [redes sociais](#) ou até mesmo pela [falta de representatividade feminina](#) em instâncias importantes no [Congresso](#). A população [LGBTQIA+](#), por sua vez, também sofreu com [violência física](#), [comentários homofóbicos](#), [intimidação](#) e [discriminação](#), principalmente em [corporações](#) como a [Polícia Militar](#). Já a população negra foi alvo de diversos [ataques racistas](#) partindo até mesmo de [autoridades públicas](#) do [Executivo](#) e do [Legislativo](#).

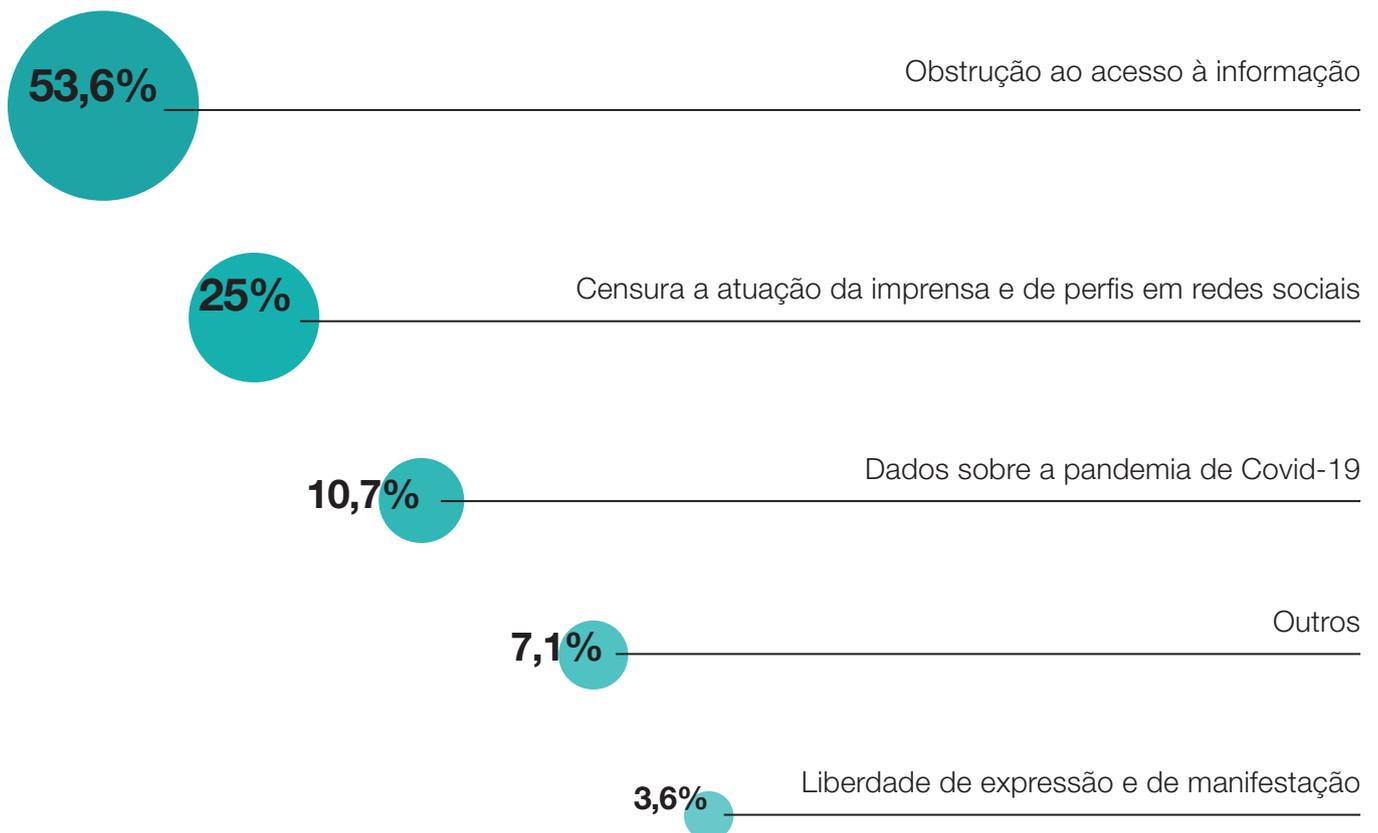
Em relação às violações perpetradas contra os povos indígenas, muitas delas partiram da própria Funai, que falhou no seu dever de proteção, seja por [encorajar a violência](#) e [defender o marco temporal](#), que representa uma violação dos povos tradicionais, seja pela [não execução de recursos](#) de combate à [Covid-19](#). As taxas de [homicídio](#) dispararam, enquanto o governo defendia [interesses do agronegócio](#) e o [desenvolvimento de atividades produtivas em reservas](#). Vale lembrar que as populações [indígenas](#) e [quilombolas](#) foram afetadas de maneira desproporcional pela pandemia.



Censura

Dos 28 incidentes identificados como **censura** no período em análise, 53,6% se referem à [obstrução de acesso à informação](#), ou seja, [restrição](#) de [dados de interesse público](#), contrariando a [Lei de Acesso à Informação](#). [Repasse de verba pública](#), [compras realizadas](#) com dinheiro público, [documentos da CPI da Covid](#), [visitas ao Planalto](#), [alertas sobre incêndios e queimadas](#), [voos da FAB](#), [documentos da Polícia Federal](#), em especial relacionados a [operações](#), e, principalmente, informações acerca do “[orçamento secreto](#)”, representam alguns destes dados declarados sigilosos, sem qualquer justificativa legítima.

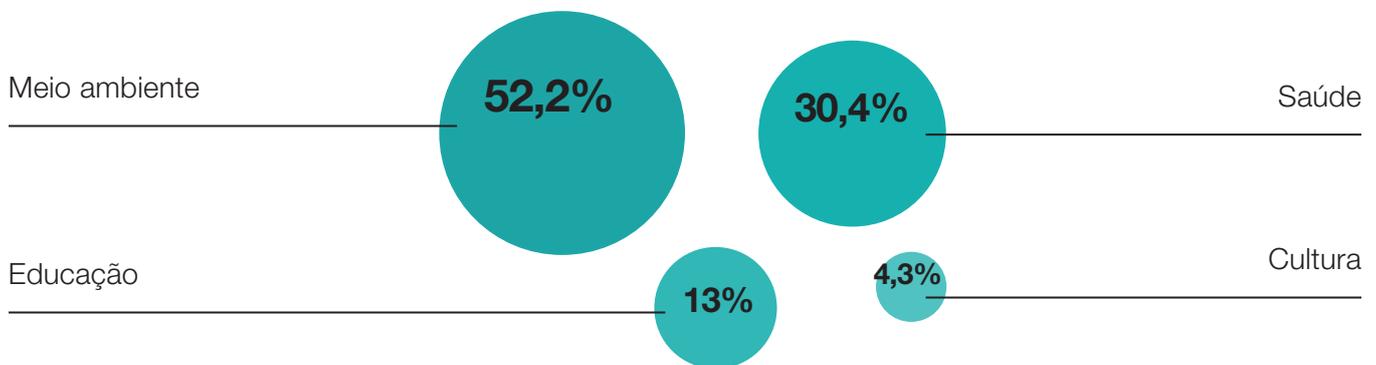
As limitações para a atuação da [imprensa](#) alcançaram 25% dos incidentes de censura identificados no trimestre. O [Judiciário](#) atuou determinando a [retirada de conteúdos do ar](#), [proibindo publicações](#) e [condenando jornalistas por danos morais](#) por suas matérias. [Bolsonaro](#) bloqueou [176 perfis nas redes sociais](#), segundo a Human Rights Watch. Por fim, muitos dados relacionados à [Covid-19](#) também foram restringidos, atingindo 10,7% dos casos. Além da [ocultação do número de mortes](#), a [falha na contagem de casos](#) e a [proibição de noticiário negativo](#) marcaram o período.



Violação de direitos sociais, econômicos, culturais e proteção do meio ambiente

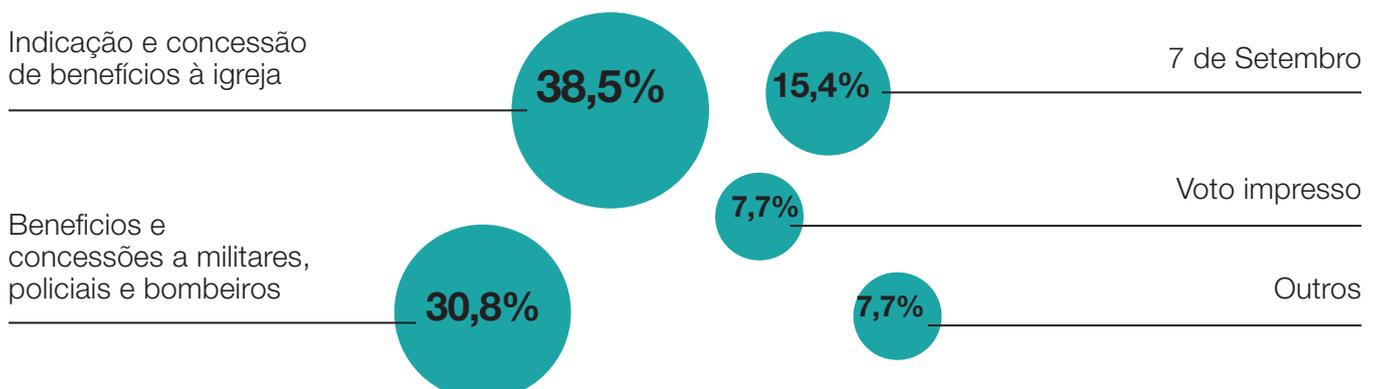
Dentre as **violações de direitos sociais, econômicos, culturais e proteção do meio ambiente**, incidentes representando ataques às estruturas estatais de proteção ao meio ambiente somaram mais da metade dos casos, com 52,2%. Destacamos um contexto de [obstrução do sistema](#) de [multas ambientais](#), defesa dos interesses de [ruralistas](#), [flexibilização](#) do [licenciamento ambiental](#), apoio ao [garimpo ilegal](#) e [ofensiva sobre terras indígenas](#).

Em relação aos direitos sociais, o direito à saúde e à [educação](#) foram os mais afetados no período. Enquanto na educação um dos principais entraves foi o [acesso às escolas](#), na área da [saúde](#), as [campanhas contra a vacinação](#) e as seguidas [falhas na aquisição](#) das vacinas foram destaque.



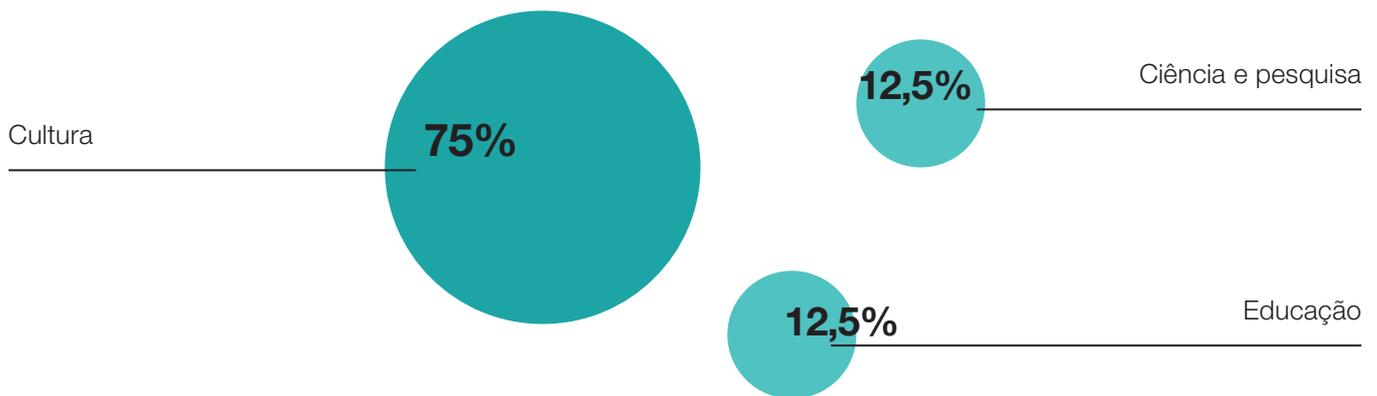
Cooptação

Dos incidentes de **cooptação** que foram identificados, 38,5% são associados a indicações e benefícios diretos para a Igreja e 30,8% a outros públicos, como militares, policiais e bombeiros. A [Igreja](#), importante [base aliada do presidente](#), foi beneficiada seja por meio de [indicações](#), e por meio de [benefícios excessivos](#), com a finalidade de [atender demandas](#) de apoiadores. A distribuição de [cargos públicos civis para militares](#) e o [programa habitacional e subsídio](#) para policiais e bombeiros são alguns exemplos dos privilégios angariados para esses setores pelo presidente. É importante mencionar que ambos os setores [participaram ativamente](#) dos atos de [7 de Setembro](#). Por fim, a garantia de privilégios em troca de apoio também esteve presente no processo de votação da PEC do voto impresso. [Emendas individuais no valor de R\\$ 1 bilhão foram liberadas](#) às vésperas da análise do projeto.



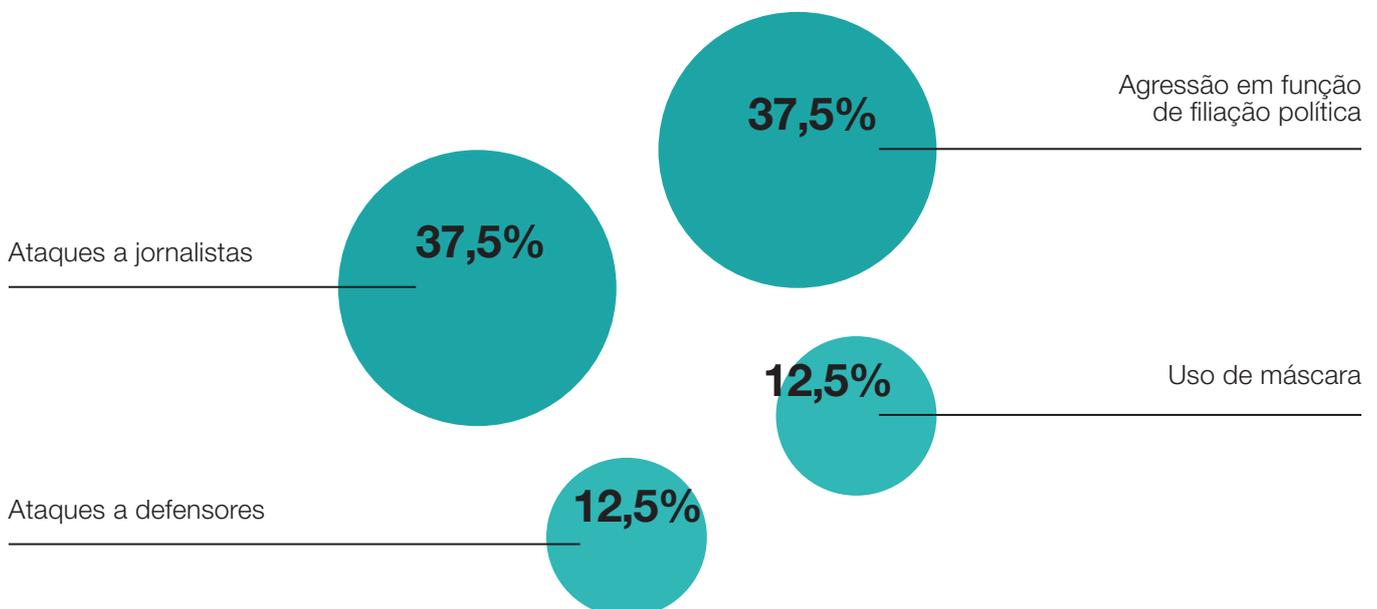
Restrição de financiamento

A grande maioria (75%) dos casos de **restrição de financiamento** estão diretamente ligados à área da [cultura](#), que vem sofrendo com [cortes no orçamento](#) e [lentidão na transformação de propostas em projetos](#). O caso paradigmático da recusa de captação de recursos por meio da [Lei Rouanet](#) para o [festival de jazz “antifascista”](#) é ilustrativo da série de [indeferimentos](#) de financiamento na área, [sem justificativa legítima](#). A ciência também tem sofrido ataques com a [paralisação de diversas pesquisas](#) no Brasil.



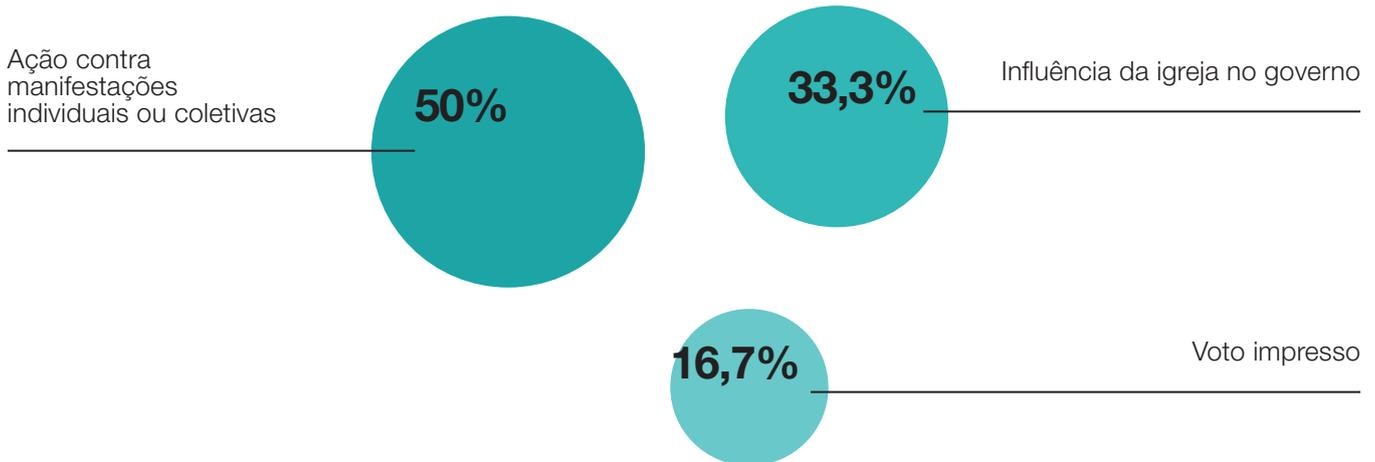
Violência física

Mais de um terço dos incidentes de **violência física** identificados estão relacionados a agressões sofridas por [jornalistas](#), [hostilizados](#) principalmente por [apoiadores do governo](#). Também com mais de um terço dos incidentes, identificamos casos de [agressão motivada por causas políticas](#), sendo as principais [vítimas](#) pessoas que se [manifestaram contra o presidente](#). Por fim, foram identificados casos de [violência contra defensores ambientais](#).



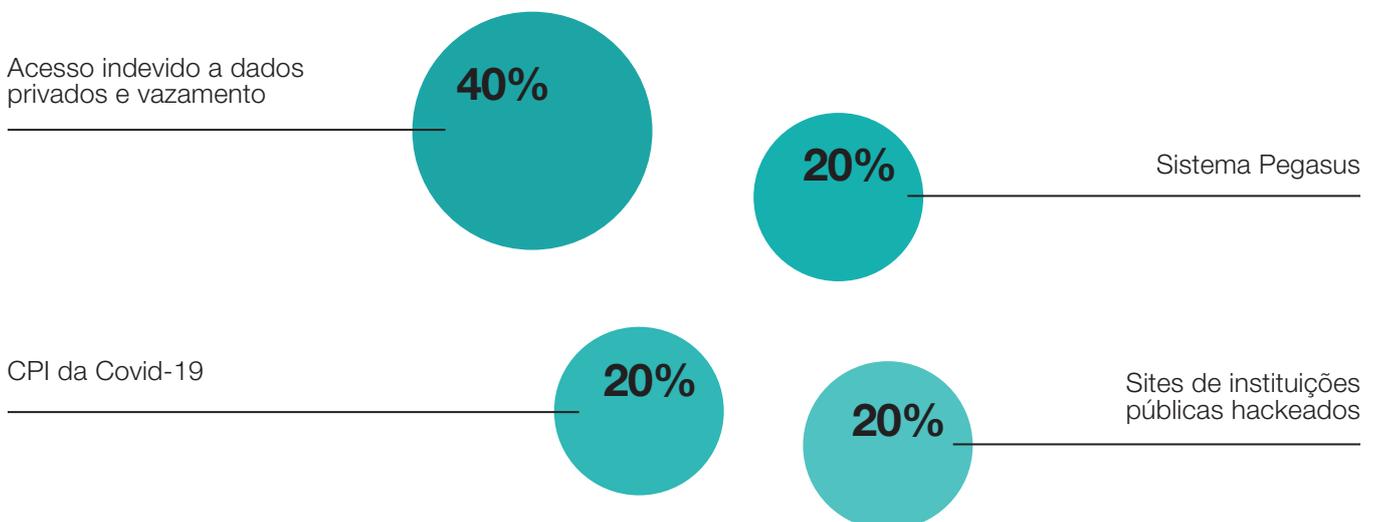
Coerção

Dentre os casos de **coerção** identificados, 50% podem ser relacionados a tentativas de limitar [manifestações sociais](#), como [protestos](#) ou [demonstrações individuais](#) de repúdio às ações do governo. Em outros casos identificados (33,3%), chama a atenção a influência de grupos religiosos nas decisões governamentais, como no caso da [indicação de André Mendonça ao STF](#).



Violação de privacidade

O [acesso indevido a dados privados](#) recebeu destaque com 40% dos casos reportados de **violação de privacidade**. Outros reportados relacionaram-se à [CPI da Covid-19](#), a licitação de compra do [sistema Pegasus](#) e o [hackeamento de sites de instituições públicas](#).



De acordo com o levantamento desse trimestre, grande parte das ameaças ao espaço cívico partiram do Governo Federal. Isso indica que precisamos ficar atentos. No GPS, identificamos as ameaças com base no que é veiculado na mídia, mas outra forma de acompanhar a atuação do governo é por meio da **Plataforma Atos**, uma ferramenta desenvolvida para facilitar o monitoramento dos decretos do Poder Executivo Federal pela sociedade. Apenas no trimestre analisado, foram editados **86 decretos**, abarcando temas como segurança pública, direitos humanos e meio ambiente.

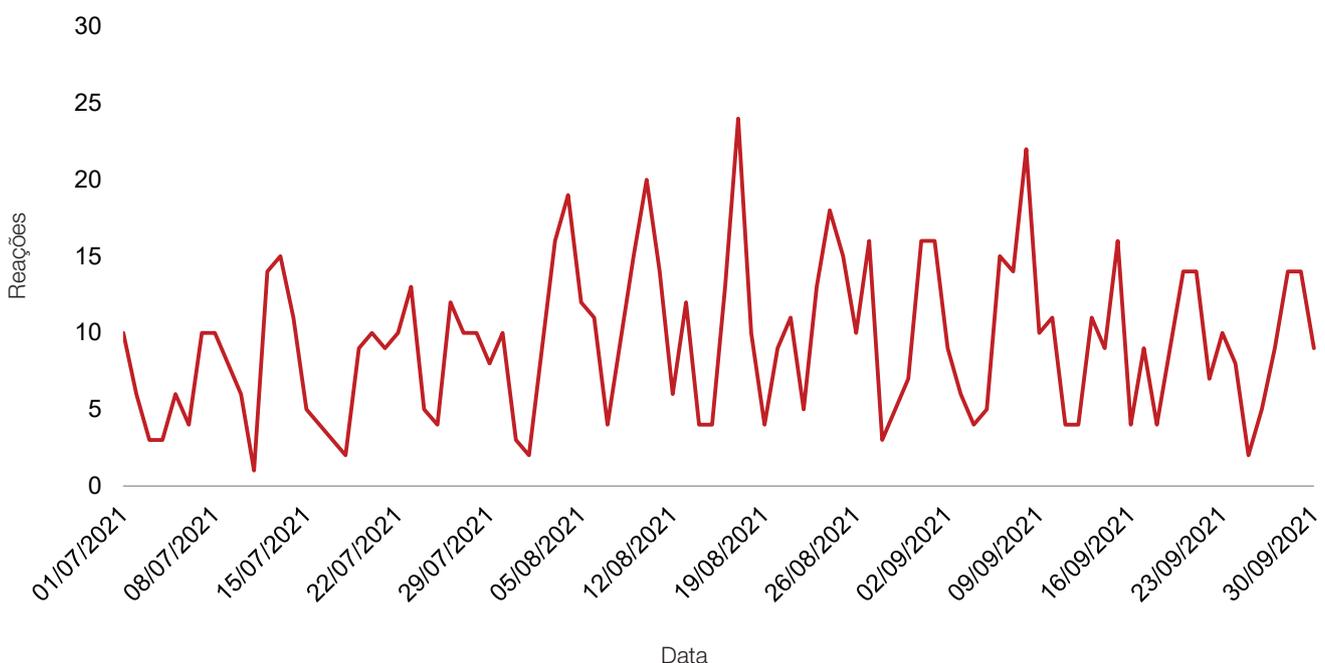
Quer fazer parte das ações de resistência? Ative o sistema de alerta e monitore os temas de seu interesse, assim você conseguirá acompanhar de perto os atos normativos publicados, as alterações por eles implementadas e o seu impacto nas políticas públicas.

Reações

O pleno funcionamento dos três poderes do Estado — Judiciário, Legislativo e Executivo — é fundamental para o sistema de freios e contrapesos de uma democracia. Destacamos, por isso, as ações implementadas por um ou mais poderes, focadas em impedir o fechamento do espaço cívico. Ações tomadas por atores democráticos em prol da defesa do espaço cívico, mesmo que não representem o posicionamento da instituição como um todo ou um dos três poderes, como a atuação de parlamentares, bancadas, partidos políticos e integrantes do Tribunal de Contas da União, também são analisadas. Ao mesmo tempo, há uma série de ações empreendidas pela sociedade civil, grupos privados, universidades, entre outros, que também representam uma resistência aos ataques, e, portanto, merecem destaque.

No trimestre analisado, foram detectadas **837 reações**. Dessas, **531 foram respostas institucionais**, ou seja, vieram do próprio aparato estatal, e outras **306 foram ações de resistência** empreendidas pela sociedade civil, academia, partidos políticos, imprensa, entre outros atores. É importante destacar que alguns eventos, como a própria [CPI da Pandemia](#), em particular o escândalo relacionado à [Covaxin](#), a discussão sobre o voto impresso, o desfile de tanques e os atos relacionados ao 7 de Setembro geraram diversas reações de múltiplos atores. Isso explica também o elevado número de incidentes contabilizados. A identificação dos atores institucionais e da sociedade que estão defendendo o espaço cívico é fundamental para fortalecê-lo e, por essa razão, cada uma dessas respostas que se referem a um mesmo fato mas provém de atores diferentes foram contabilizadas.

De fato, os picos de reações foram em agosto e setembro. No início de agosto, observamos diversas respostas do TSE e do STF em relação aos ataques contra o sistema eleitoral, acompanhando a votação do voto impresso na Câmara. Ao mesmo tempo, a abertura de investigações contra Bolsonaro e apoiadores por *fake news* e por ataques ao STF também tiveram destaque, assim como as mobilizações contrárias ao impeachment de Alexandre de Moraes. Já em setembro, o pico de reações no início do mês refere-se às respostas dos diversos atores e instituições à convocação dos atos relacionados ao 7 de Setembro.



Respostas institucionais

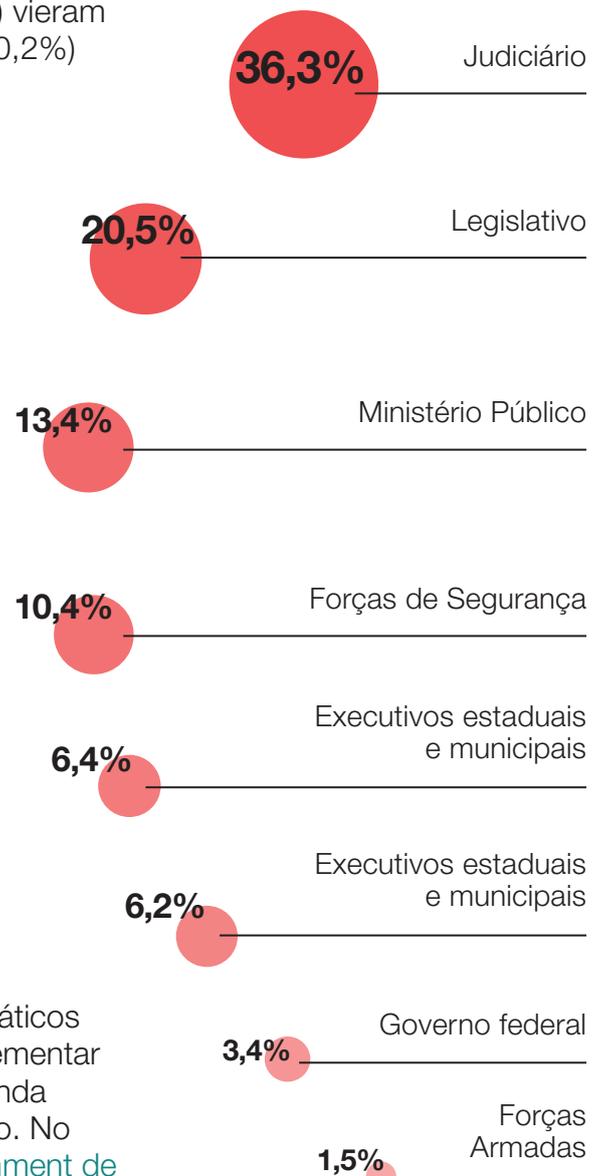
Com 36,3%, o Judiciário lidera as instituições públicas que têm respondido aos ataques ao espaço cívico. Em seguida, vem o Legislativo com 20,5% das respostas reportadas e o Ministério Público com 13,4%. Neste trimestre, as forças de segurança tiveram um pequeno destaque, com 10,4% das respostas institucionais em função das respostas aos chamados “atos antidemocráticos” sobre o 7 de Setembro. Da mesma forma, os executivos estaduais e municipais apareceram com 6,4% das respostas institucionais contabilizadas.

Metade das respostas geradas pelo Judiciário (49,2%) vieram do STF, seguido dos Tribunais de Justiça estaduais (20,2%) e finalmente o TSE, com 16,1%. As ações foram, em geral, respostas a ataques ao Judiciário, em particular [aos ministros do STF](#) e pedido de [impeachment do ministro Alexandre de Moraes](#), e ao sistema eleitoral brasileiro. Houve, ainda, [declarações](#) e [ações específicas](#) de [investigação](#) contra Bolsonaro, seja pelas omissões e [gestão da pandemia](#), seja pelas acusações sem provas de que houve [fraude nas eleições](#), [prevaricação no caso Covaxin](#) ou ainda por [instigar atos antidemocráticos](#) contrários aos [princípios republicanos](#) e por sua [interferência na Polícia Federal](#).

No caso da Justiça estadual, destacam-se vários casos de respostas a declarações [machistas](#), [racistas](#), [homofóbicas](#) ou ainda de [intimidação](#) contra a imprensa. As ações do TSE são majoritariamente em defesa das [urnas eletrônicas](#) e do [atual modelo de eleições no Brasil](#).

No caso do Legislativo, a Câmara de Deputados (49,51%) e o Senado (41,75%) foram os principais atores à frente das respostas institucionais. No âmbito da Câmara, merecem destaque a [rejeição ao voto impresso](#), os inúmeros pedidos de [impeachment de Bolsonaro](#), declarações contrárias aos atos antidemocráticos relacionados ao [7 de Setembro](#) e as tentativas de implementar [quarentena a juízes e militares](#) no Código Eleitoral ou ainda de [limitar a participação de militares da ativa](#) no governo. No Senado, destacam-se a [rejeição do pedido de impeachment de Bolsonaro contra o ministro Moraes](#), a [devolução da MP de Bolsonaro que limitava remoção de conteúdo nas redes sociais](#), e as [ações da CPI da Covid](#).

Finalmente, a atuação do Ministério Público teve como alvo a má [gestão da pandemia](#), as [ações de Pazuello](#), bem como [as negociações da Coronavac pelo triplo do preço](#), e as [investigações relacionadas aos atos do 7 de Setembro](#).



Ações de resistência

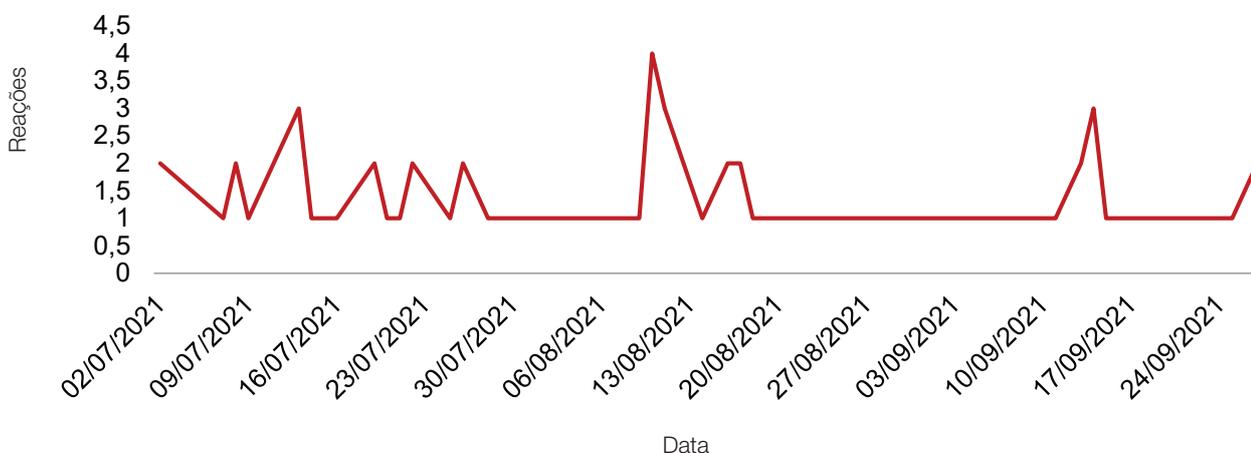
A sociedade civil liderou as ações de resistência no período analisado, com 63,4%, seguida dos [partidos políticos](#) com 11,1% e do [setor privado](#), com 5,6%. Diversas declarações de [outros governos](#) (4,5%) e de [organizações internacionais](#) (4,3%), em particular as [Organizações das Nações Unidas \(ONU\)](#), também chamaram atenção.

Em sua maioria, essas ações conformaram [protestos](#) em favor de direitos, como no caso dos [povos indígenas](#) manifestando-se [contra o marco temporal](#), [declarações a favor da democracia](#), e ainda, [notas de repúdio](#) contra demonstrações autoritárias, como o [desfile de tanques](#) em frente ao Palácio do Planalto, por [membros eméritos](#) como [ex-presidentes](#) e [ex-ministros](#) ou ainda associações, como a [OAB](#).



Mudança de posicionamento

As mudanças de posicionamento governamentais foram monitoradas para dimensionar o impacto gerado pelas pressões sociais, reações cívicas e respostas institucionais. Por vezes, antes mesmo de determinadas ações serem barradas no Judiciário ou superadas no Legislativo, o Executivo volta atrás em suas decisões. Normalmente, isso ocorre quando certos temas ganham alta repercussão negativa na mídia e na sociedade civil, ou até mesmo para evitar que suas ações sejam derrubadas por outros poderes. No trimestre analisado, 63 instâncias de mudança de posicionamento foram identificadas.



Entre os incidentes mais veiculados na mídia, destacamos a gestão da pandemia, especificamente sobre o processo da CPI, a exemplo da [prorrogação da CPI](#), o envio de informações pelo [Ministério da Saúde contra o uso do “kit Covid”](#), [entrega de dados pelas redes sociais Twitter e Facebook](#). Além disso, [declarações sobre o voto impresso](#), pelo presidente Bolsonaro, e sobre [compromissos ambientais](#) também tiveram bastante repercussão. E, finalmente, as ações da PGR, particularmente no que tange à investigação de Bolsonaro de [prevaricação no caso Covaxin](#) e os [ataques do presidente às urnas eletrônicas](#). Merecem destaque, por fim, a repercussão do 7 de Setembro, e as declarações pelo presidente de apoio à [democracia e aos três poderes](#).

Anexo 1 - Tipologia de estratégias legais, ilegais e extralegais e táticas utilizadas para fechar o espaço cívico (atualizada)

<i>Estratégias</i>	<i>Descrição</i>	<i>Exemplos de táticas / ações</i>
I. Cooptação	Cooptação é o processo de incorporação de pessoas a um grupo de elite, oferecendo-lhes privilégios em troca de apoio, em geral para gerenciar a oposição e atender demandas e interesses de grupos aliados ou potenciais apoiadores, assim, manter a estabilidade desse grupo no poder. (Selznick, 1948; Piven and Cloward, 1977).	Oferta de relacionamento privilegiado, incluindo acesso a contratos públicos e financiamento, caso seja concedido apoio irrestrito. Incentivo, fomento e ações públicas destinadas especificamente ao apoio, financiamento e fortalecimento de grupos aliados, como concessão de privilégios excessivos para manutenção da lealdade e do apoio irrestrito de base aliada.
II. Coerção	Coerção é o ato de induzir, pressionar ou compelir alguém a fazer algo pela força, intimidação ou ameaça, limitando suas escolhas. (Schelling, 1966).	Ameaça velada ou aberta de demitir ou destituir funcionários públicos e nomeados políticos se eles não aderirem às falsas narrativas ou irregularidades do governo. Ameaça velada ou aberta de suspender parcerias em andamento e/ ou financiamento público à luz de críticas públicas.
III. Fake News e campanhas de desinformação	Fake news são notícias falsas veiculadas no noticiário, redes sociais e divulgadas na internet, que tentam se passar por notícias reais. Existem seis tipos: sátira, paródia, fabricação, manipulação, publicidade e propaganda (Tandoc, Lim, Ling, 2007). Desinformação é informação falsa disseminada deliberadamente para causar prejuízo público por lucro ou benefício privado, indo além das notícias falsas (EC, 2018).	Produção em massa e disseminação de conteúdo falso para ganhar influência política. Contratação de blogueiros, uso de perfis falsos, bots e outras ferramentas digitais para criar e disseminar histórias falsas usando dinheiro público ou recursos de grupos de apoio. Disseminação de campanhas de desinformação para distrair ou enganar. Ataques contra fatos e a ciência.
IV. Censura (velada ou explícita)	Censura refere-se à “política de restringir / suprimir a expressão pública de ideias, opiniões, concepções e impulsos que têm ou se acredita terem a capacidade de minar a autoridade governante ou a ordem social e moral que essa autoridade se considera obrigada a proteger.” (Laswell, 1930)	Intenção de provocar autocensura de indivíduos visados on-line ou off-line. Criação de obstáculos ao acesso à informação pública. Classificação ou restrição de publicações e documentos. Intenção direta de desqualificar resultados de pesquisa. Retirada de fundos de projetos culturais não alinhados com as visões do governo. Conteúdo filtrado ou internet controlada. Censura amplamente aplicada por lei à mídia, pesquisa, manifestações culturais e debate.

Estratégias	Descrição	Exemplos de táticas / ações
V. Intimidação e assédio	<p>Intimidação se refere a ações diretas ou indiretas contra terceiros para impedi-los de continuar seu trabalho ou para induzir o medo de um ataque (CIVICUS, 2019).</p> <p>Assédio são ações ou comportamentos verbais ou físicos que rebaixam, humilham ou constrangem um cidadão ao expressar opiniões críticas (CIVICUS, 2018).</p>	Uso de forças de segurança do estado e aparato de inteligência para intimidar oponentes.
		Perseguição e intimidação de ativistas, artistas, líderes cívicos, jornalistas e cientistas.
		Chantagem.
		Assédio ou ataque contra instituições por autoridades.
		Assédio ou ataque contra ativistas, artistas, líderes cívicos, jornalistas e cientistas por autoridades.
		Ataque misógino contra mulheres com perfil público.
		Campanhas de desumanização / difamação / deslegitimação contra indivíduos, grupos ou instituições (ação oficial direta ou indireta).
		Ataques organizados on-line e campanhas contra indivíduos, grupos ou instituições (bots e mobilização de milícias digitais).
		Ameaças de cancelar concessões públicas de canais de mídia independente.
Pressões e ameaças a empresas privadas para interromper a publicidade em canais de mídia não alinhados.		
VI. Violação de privacidade (vigilância do Estado)	<p>A violação da privacidade refere-se à violação do direito humano fundamental à privacidade, que sublinha que “ninguém será sujeito a interferências arbitrárias na sua privacidade, família, casa ou correspondência, nem a ataques à sua honra e reputação.” (Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948).</p> <p>Vigilância do Estado é a coleta de informações, incluindo o monitoramento, rastreamento e identificação, para o controle de grupos específicos, supervisionada por funcionários e administradores, articulada a algum propósito específico (Giddens, 1984; Lyon, 1994). Geralmente na esfera cinzenta/extralegal de assuntos públicos (Starr et al).</p>	Escutas ilegais.
		Monitoramento de mídia digital de perfis selecionados para dossiês, assédio e intimidação.
		Encerramento de contas, sites, servidores.
		Hackear perfis para intimidar ou assediar, ou usar perfis privados em campanhas de milícias digitais.
		Uso indevido de dados privados dos cidadãos em campanhas micro direcionadas de desinformação e outras ações digitais sem consentimento.
Monitoramento ilegal da oposição, incluindo organizadores de protestos.		

Estratégias	Descrição	Exemplos de táticas / ações
VII. Violação de direitos civis e políticos	<p>Violações dos direitos políticos incluem a negação do direito a um julgamento justo e ao devido processo; e direitos de participação na sociedade civil e na política, como liberdade de associação, direito de reunião e direito de voto (Dahl, 2005). Violações dos direitos civis incluem discriminação em razão de raça, gênero, orientação sexual, nacionalidade, cor, idade, filiação política, etnia, religião e origem social; e restrições à liberdade dos indivíduos. (ICCPR, 1976).</p>	Restrições ou proibições de protestos ou manifestações públicas.
		Restrições para a incorporação, registro, operação e ciclo de vida de organizações da sociedade civil.
		Fechamento de organizações da sociedade civil que resistam a se conformar com regras autoritárias ou draconianas.
		Cancelamento de registros ou licenças para organizações da sociedade civil que cumprem a lei.
		Invasão / destruição de escritórios de organizações da sociedade civil.
		Apreensão de propriedade.
		Expulsão e proibição de operar em determinado país.
		Proibições de viagens.
		Investigações legais ilegítimas.
		Fomentar a discriminação e as violações dos direitos de minorias e grupos vulneráveis.
Fomentar a intolerância religiosa.		
VIII. Restrições ao envolvimento e participação cívica	<p>Restrições a quaisquer formas de trabalho individual ou coletivo para resolver problemas da comunidade e abordar questões de interesse público (participação cívica), bem como quaisquer formas de expressar conhecimento, crenças, opiniões e atitudes sobre questões públicas (engajamento cívico) (Barrett e Brunton-Smith, 2014), especialmente ao contribuir e interagir com a formulação de políticas, monitoramento e/ou processo de tomada de decisão.</p>	Exclusão da linguagem sobre a participação da sociedade civil em resoluções nacionais e internacionais.
		Endurecimento das regras para permitir o acesso da sociedade civil ao Congresso Nacional.
		Desautorização de instituições estatais para trabalhar com ONGs.
		Penalização de funcionários públicos que desobedecem às instruções de cortar o acesso à sociedade civil.
		Encerramento de conselhos e mecanismos participativos.

Estratégias	Descrição	Exemplos de táticas / ações
IX. Restrições de financiamento	Restrições à capacidade da sociedade civil e instituições de pesquisas técnico-científicas, públicas ou privadas, de acessar financiamento público e privado, nacional ou internacional, por meio de leis, medidas administrativas e atividades extralegais coordenadas pelo governo (Wolff e Poppe, 2015). Restrições também podem ser aplicadas através de ações e omissões do Governo que visem dificultar, limitar ou inviabilizar o financiamento público.	Instituições governamentais param de conceder autorização para que as OSCs participem de projetos e recebam fundos de doadores de cooperação internacional ou de recursos públicos destinados ao fomento, incentivo e apoio financeiro a atividades da sociedade civil.
		Aplicação excessivamente ampla de medidas de combate à lavagem de dinheiro e contraterrorismo.
		Uso de leis sobre difamação, traição e outras para trazer acusações criminais contra beneficiários de financiamento internacional.
		Restrições para financiamento nacional e internacional e/ou proibição de doadores específicos.
		Exigência de aprovação prévia do governo e/ou fundos internacionais encaminhados por meio de entidades controladas pelo governo.
		Limitar o montante de financiamento internacional por OSC.
		Restrição de atividades realizadas com financiamento internacional e público nacional, incluindo restrições baseadas em conteúdo (por exemplo, proibição de trabalho de direitos humanos ou “atividade política”).
		Tributação de fundos internacionais.
		Categorizar OSCs que recebem financiamento internacional como “agentes estrangeiros”, adotando distinção de tratamento destas organizações ou impondo ônus ao seu trabalho
		Requisitos processuais onerosos.
		Congelamento ou apreensão de fundos e a não liberação de recursos públicos devidamente destinados a financiar atividades da sociedade civil.
		Proibição de receber financiamento internacional e de repasses de verbas públicas.
		Sucateamento de universidades públicas através de cortes excessivos no orçamento.
Corte de benefícios fiscais para pesquisa científica e desenvolvimento acadêmico.		

continuação

Estratégias	Descrição	Exemplos de táticas / ações
X. Violência física	Violência Física é a infligência intencional e direta de dano às pessoas, desde sofrimento físico ou dano corporal a morte violenta (Kalyvas, 2006). No contexto desta pesquisa, atos de violência física podem ser perpetrados por agentes estatais ou não estatais, incluindo paramilitares, milícias, gangues, representantes da segurança privada e outros indivíduos encorajados pela retórica de ódio de figuras políticas para se livrar da oposição.	<p>Respostas violentas do Estado a protestos.</p> <p>Recusa em proteger aqueles que estão sob ameaça.</p> <p>Ataques violentos contra minorias e grupos vulneráveis.</p> <p>Ameaças de violência física por parte de atores estatais e não estatais.</p> <p>Prisão ilegal de líderes cívicos.</p> <p>Tortura / maus-tratos.</p> <p>Desaparecimento forçado.</p> <p>Tributação de fundos internacionais.</p> <p>Assassinato / execuções extrajudiciais de defensores dos direitos humanos, líderes cívicos e jornalistas.</p>
XI. Jogo duro constitucional (Constitutional Hardball)*	O jogo duro constitucional consiste na exploração, por atores políticos, de procedimentos, leis e instituições para obter ganhos partidários violando normas preestabelecidas e forçando os limites da legalidade, o que pode minar o entendimento compartilhado das normas democráticas e a expectativa de que o outro lado as cumpra. (Tushnet 2004, Levitsky e Ziblat 2018). O uso indevido de prerrogativas institucionais em prol de interesses de grupos políticos e/ou interesses privados ou não republicanos.	<p>Uso excessivo de medidas executivas e infralegais para governar, ignorando o Congresso, princípios e garantias constitucionais.</p> <p>Emissão de normas e decretos que contradizem a Constituição.</p> <p>Não conformidade com as normas não escritas que servem para respeitar a separação dos poderes do Estado.</p> <p>Decisões executivas que reduzem o orçamento, estrutura e alteram o funcionamento de órgãos públicos da administração criados para auditar, fiscalizar e supervisionar o Executivo.</p> <p>Redução do poder de influência de partidos da oposição nas Casas Legislativas, restringindo o amplo debate durante as votações.</p>
XII. Abuso de poder*	Abuso de poder ocorre quando os atores políticos se aproveitam de sua posição para ganho pessoal, impedindo a responsabilidade gerencial básica e/ou atuando contrariamente ao interesse público e à finalidade pública (Sankowsky, 1995).	<p>Interferência política em portarias das Forças Armadas que violam leis e/ou a Constituição.</p> <p>Interferência política na administração pública com nomeações e demissões de servidores públicos para favorecer interesses privados.</p> <p>Interferência política em nomeações de universidades públicas, centros de pesquisa e conselhos participativos para impor censura.</p> <p>Interferência política nos procedimentos e nomeações de cargos de liderança da aplicação da lei e de outras agências públicas independentes, visando proteger interesses privados.</p> <p>Nomeação de pessoas com o fim de aparelhar órgãos ou para satisfazer interesses privados em claro desvio de finalidade, que desatende o interesse público.</p>

Estratégias	Descrição	Exemplos de táticas / ações
<p>XIII. Violação de direitos sociais, econômicos, culturais e proteção do meio ambiente.</p>	<p>Os direitos econômicos, sociais e culturais (PIDESC, 1966) são direitos humanos que garantem aos indivíduos e comunidades seu pleno desenvolvimento e dignidade, sendo fundamentais para o engajamento no espaço cívico. Violações destes direitos incluem a falha em respeitar, proteger e garantir (Eide, 2001) uma alimentação e moradia adequada, educação, trabalho, saúde, segurança social, participação na vida cultural, água e saneamento. Quanto à defesa do meio ambiente, e a sua essencialidade para os direitos humanos (OC-23/17, CIDH), cabe ao Estado os deveres de prevenir, precaver, mitigar e cooperar em prol da conservação do meio ambiente.</p>	<p>Não elaborar ou não adotar planos para responder a emergências ou desastres ambientais, que incluam medidas de segurança e procedimentos para minimizar suas consequências.</p>
		<p>Impedir, dificultar ou inviabilizar acesso à informação relacionada com possíveis interferências no meio ambiente.</p>
		<p>Promover a destruição do meio ambiente.</p>
		<p>Não consultar ou negociar com as populações e comunidades potencialmente afetadas por danos e impactos ambientais.</p>
		<p>Adotar medidas que discriminem, de maneira direta ou indireta, segmentos populacionais.</p>
<p>* Mesmo que a maioria das táticas usadas nas categorias “jogo duro constitucional” e “abuso de poder” não sejam infringidas diretamente contra os agentes do espaço cívico, essas táticas diminuem a transparência, podem minar a separação de poderes e os freios e contrapesos que poderiam impedir que as táticas descritas nas outras categorias fossem implementadas.</p>		
<p>Fontes para as táticas: entrevistas em off com líderes cívicos; Buyse 2018; Civicus 2017, 2018, 2019; ICNL; Levitsky and Ziblat 2018; OHCHR; Rutzen, 2015; WEF 2017; World Movement for Democracy.</p>		

Saiba mais

Para mais informações sobre a tipologia utilizada e referências acadêmicas, leia o artigo estratégico “A Ágora sob ataque: Uma tipologia para a análise do fechamento do espaço cívico no Brasil e no mundo”. A tipologia foi atualizada e pode ser consultada na nota técnica “Uma tipologia para entender as estratégias e táticas utilizadas para atacar o espaço cívico”. Os materiais estão disponíveis em: <https://igarape.org.br/espaco-civico/>”



INSTITUTO IGARAPÉ a think and do tank

O Instituto Igarapé é um think and do tank independente, dedicado à integração das agendas de segurança, clima e desenvolvimento. Nosso objetivo é propor soluções e parcerias a desafios globais por meio de pesquisas, novas tecnologias, influência em políticas públicas e comunicação. Somos uma instituição sem fins lucrativos, independente e apartidária, com sede no Rio de Janeiro, mas cuja atuação transcende fronteiras locais, nacionais e regionais. Premiada como a melhor ONG de Direitos Humanos no ano de 2018, o melhor think tank em política social pela Prospect Magazine em 2019 e considerada pelo Instituto Doar, pelo segundo ano consecutivo, como uma das 100 melhores organizações brasileiras do terceiro setor.

Instituto Igarapé

Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel/Fax: +55 (21) 3496-2114
contato@igarape.org.br
facebook.com/institutoigarape
twitter.com/igarape_org
instagram.com/igarape_org/

www.igarape.org.br